

## **A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE CONTEMPORÂNEA E O DISCURSO (NEO)LIBERAL**

Um balanço bibliográfico

## **THE AMERICAN NATIONAL INTERESTS AND THE NEOLIBERAL SPEECH**

A bibliographic balance

*GABRIEL ALVES DE NÁPOLIS<sup>1</sup>*

*GILBERTO CEZAR DE NORONHA<sup>2</sup>*

### **Resumo**

O presente artigo, realizado no campo da História Política tem como objetivo discutir os interesses nacionais estadunidenses, desde sua política externa, e sua relação com o seu discurso neoliberal. Para tanto, apresenta um estudo bibliográfico acerca da forma como o tema é tratado em trabalhos monográficos disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), assim como a análise dos conceitos empregados para a construção das teses e dissertações analisadas. Ao todo, foram analisados cem (100) documentos cujo conteúdo foi analisado conforme proposto por Bardin, com o objetivo de administração de prova, tendo em vista duas hipóteses: 1) os interesses nacionais americanos e a sua política externa (não) seriam áreas de interesse dentro da historiografia brasileira; e que 2) haveria poucos estudos, dentro do campo da história, que observassem os interesses nacionais estadunidenses e sua política externa sob o prisma da história do tempo presente. Observou-se a concentração de trabalhos sobre o tema nas áreas de Relações Internacionais e Ciências Políticas, embora o tema tenha sido abordado pelos historiadores especialmente pela História Política, História Cultural, História Social, História Global e História Econômica.

**Palavras-chave:** Neoliberal. Interesses Nacionais Estadunidenses. Análise de Conteúdo. Política Externa.

### **Abstract**

This article, carried out in the field of Political History, aims to discuss American national interests, from its foreign policy, and its relationship with its neoliberal

---

<sup>1</sup> Graduando em História na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail do Autor: gabriel.napolis@ufu.br.

<sup>2</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor Associado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação em história da UFU (Licenciatura e Bacharelado em História). E-mail do autor: noronha.gilberto@ufu.br.

discourse. To this end, it presents a bibliographic study on the way in which the topic is treated in monographic works available in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), as well as the analysis of the concepts used to construct proven theses and dissertations. In total, one hundred (100) documents were analyzed whose content was developed as proposed by Bardin, with the objective of administering evidence, taking into account two hypotheses: 1) American national interests and its foreign policy would (not) be areas of interest within Brazilian historiography; and that 2) there would be few studies, within the field of history, that observed American national interests and its foreign policy from the perspective of present-day history. There is a concentration of work on the topic in the areas of International Relations and Political Sciences, although the topic has been approached by historians especially through Political History, Cultural History, Social History, Global History and Economic History.

**Keywords:** Neoliberal. US National Interests. Content Analysis. Foreign Policy.

## INTRODUÇÃO

Como presidente dos Estados Unidos, compreendo o dever que o meu país tem de liderar neste momento crítico; trabalhar com países de todas as regiões, ligando-os numa causa comum; unir-nos a parceiros que partilham uma visão comum do futuro do mundo (...) onde os conflitos são resolvidos pacificamente e os países podem traçar o seu próprio rumo. Os Estados Unidos procuram um mundo mais seguro, mais próspero e mais equitativo para todas as pessoas, porque sabemos que o nosso futuro está ligado ao vosso. Deixe-me repetir novamente: sabemos que nosso futuro está ligado ao seu. E nenhuma nação pode enfrentar sozinha os desafios de hoje (BIDEN, 2023)<sup>3</sup>.

A eclosão da Guerra Russo-Ucraniana, conflito caracterizado pelo órgão de inteligência estadunidense<sup>4</sup> como uma “guerra ilegal e não provocada do presidente russo, Putin, contra a Ucrânia” (U.S DEPARTMENT OF STATE,

---

<sup>3</sup> Discurso do Presidente Joe Biden antes da 78ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2023. Tradução nossa. Versão original: *As president of the United States, I understand the duty my country has to lead in this critical moment; to work with countries in every region linking them in common cause; to join together with partners who share a common vision of the future of the world (...) where conflicts are resolved peacefully and countries can chart their own course. The United States seeks a more secure, more prosperous, more equitable world for all people because we know our future is bound to yours. Let me repeat that again: We know our future is bound to yours. And no nation can meet the challenges of today alone.*

<sup>4</sup> No presente artigo, utilizamos diversos termos referentes aos Estados Unidos da América como equivalentes tais como estadunidense, americano e norte-americano.

2022), repercutiu globalmente. O conflito, descrito por Felipe Loureiro (2022, p. 2) como “uma guerra de dimensões maiores em termos de mobilização militar e de implicações humanitárias em se tratando de refugiados”, articulou a mobilização militar do polo ocidental, representado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em apoio à Ucrânia. Conforme relata a “Cable News Network” (CNN) e a “British Broadcasting Corporation” (BBC), a invasão russa à Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022 provocou, como resposta ocidental, o envio de equipamento militar (MCGEE, 2023) e a concentração de esforços para garantir a segurança de suas fronteiras orientais (GUERRA NA UCRÂNIA, 2023). Tal apoio ao conflito em favor da Ucrânia não só foi incentivado, como liderado, pelos Estados Unidos (EUA). Conforme enuncia o próprio presidente estadunidense Joe Biden (2023), em seu discurso na capital polonesa:

Quando a Rússia invadiu, não foi apenas a Ucrânia que foi testada. O mundo inteiro enfrentou um teste. A Europa estava sendo testada. A América estava sendo testada. A OTAN estava sendo testada. todas as democracias estavam sendo testadas. E as questões que enfrentamos eram tão simples quanto profundas. (...) Também enfrentamos questões fundamentais sobre o compromisso com os princípios mais básicos. Defenderíamos a soberania das nações? Nós defenderíamos o direito das pessoas de viver livres de agressão nua? Vamos defender a democracia? Um ano depois, sabemos as respostas. Sim, defenderíamos a soberania. E nós fizemos. Sim, defenderíamos o direito das pessoas de viverem livres de agressão. E nós fizemos. E defenderíamos a democracia. E nós fizemos (EUA, 2023)<sup>5</sup>.

Este posicionamento dos EUA despertou o questionamento que orientou o projeto de pesquisa intitulado *O envolvimento dos Estados Unidos na Guerra*

---

<sup>5</sup> Tradução nossa. Versão original: *When Russia invaded, it wasn't just Ukraine being tested. The whole world faced a test for the ages. Europe was being tested. America was being tested. NATO was being tested. All democracies were being tested. And the questions we faced were as simple as they were profound. (...) We also faced fundamental questions about the commitment to the most basic of principles. Would we stand up for the sovereignty of nations? Would we stand up for the right of people to live free from naked aggression? Would we stand up for democracy? One year later, we know the answers. Yes, we would stand up for sovereignty. And we did. Yes, we would stand up for the right of people to live free from aggression. And we did. And we would stand up for democracy. And we did.*

*Russo-Ucraniana: objetivos, justificativas e métodos*<sup>6</sup>: como, por que e para que os Estados Unidos estão envolvidos na Guerra Russo Ucraniana? Em vista desta questão mais ampla, a proposta deste artigo é apresentar os resultados de um balanço historiográfico que responde ao primeiro objetivo específico daquele projeto, qual seja, investigar como se relacionam o discurso (neo)liberal americano e sua política externa contemporânea. Interrogamos como os temas ‘discurso (neo)liberal americano’ e ‘política externa americana’ são abordados em trabalhos monográficos disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Estes temas têm interessado os historiadores? Como os historiadores têm articulado o discurso (neo)liberal americano e sua política externa? Estes foram os questionamentos abordados na análise. A teoria em que se sustentou o método aplicado para a obtenção dos resultados foi a análise de conteúdo de Laurence Bardin, sob objetivo de administração de prova. Levantou-se assim duas (2) hipóteses iniciais: 1) a abordagem historiográfica brasileira dos interesses nacionais americanos e da política externa americana é escassa; e 2) há poucos estudos, articulados dentro do campo da história, que analisem o discurso (neo)liberal americano e a política externa americana voltada para a história do tempo presente.

O presente artigo será dividido em quatro (4) seções. A primeira destina-se à descrição do método utilizado para a coleta de dados. A segunda é dedicada à apresentação dos resultados. Será realizada uma análise quantitativa dos dados obtidos com este balanço bibliográfico, visando determinar as seguintes questões: 1) qual o locus de concentração destes estudos? 2) qual a área de conhecimento em que se predominam análises sobre o tema? A terceira seção deste artigo será destinada à análise qualitativa dos trabalhos monográficos específicos do campo da história. Quais os domínios da história e de que forma têm abordado a temática? Nesta seção, devido a questões de espaço, a análise será realizada considerando-se especificamente os trabalhos contidos no campo específico da História Política. A quarta e última seção apresenta as conclusões.

---

<sup>6</sup>“O envolvimento dos Estados Unidos na Guerra Russo-Ucraniana: objetivos, justificativas e métodos”, dentro do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica oferecido pela Universidade Federal de Uberlândia (Edital PIVIC UFU n. 6/2023).

## 1. METODOLOGIA DE PESQUISA

Por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar. (BARDIN, 1977, p. 14).

Para construir a análise pretendida, evocamos a proposta de análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977): um “conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento” que pode ser aplicado em “discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 1977, p. 9). O método da análise de conteúdo não apresenta um interesse concreto sobre a descrição dos conteúdos, mas sim “no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a ‘outras coisas’” (BARDIN, 1977, p. 38). Tal finalidade do método é conhecida por inferência e será utilizada neste artigo a fim de deduzir de maneira lógica conhecimentos acerca das áreas de conhecimento que tratam os temas pretendidos. A análise de conteúdo realizada se orienta na função de administração de prova, que consiste em formular e testar “hipóteses, sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de diretrizes” que irão apelar para “o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação [invalidação]” (BARDIN, 1977, p. 30).

Sob esta perspectiva teórica, organizou-se, como método, a análise dos conteúdos de 100 (cem) teses e dissertações identificadas no BDTD que abordam os temas ‘interesse nacional americano’ e ‘política externa americana’. Tais trabalhos monográficos foram produzidos entre os anos de 2001 e 2023 e estão disponíveis on-line através do repositório do BDTD<sup>7</sup>. A consulta à base de dados foi realizada com a inserção de palavras-chave diversas, sozinhas ou combinadas, pertencentes à constelação de sentido, ou ao campo semântico, da relação interpelada. Abaixo, a lista das palavras-chave que retornaram mais resultados:

---

<sup>7</sup> Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 07/08/2023.

**Tabela 1 - Relação Palavras-chave e Quantidade de Resultados Obtidos dos trabalhos que abordam os temas “discurso (neo)liberal americano” e “política externa americana”.**

Palavras-Chave	Quantidade
Política Externa; Estados Unidos.	10
George W. Bush; Discurso; Estados Unidos.	09
Estados Unidos.	08
Discurso Liberal Americano	08
Americano.	06
Interesses nacionais americanos	05
Estados Unidos; China.	04
Estadunidense .	04
Outros <sup>8</sup>	46

**Fonte:** Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Os resultados das pesquisas na base de dados foram organizados em uma planilha Excel e categorizados de acordo com a área de conhecimento em que os conteúdos das teses e dissertações foram realizados. A tabulação dos dados envolveu a indicação do título do trabalho monográfico, a área do conhecimento, a instituição de defesa, a sua referência de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as palavras-chave utilizadas pelos autores dos documentos; as palavras-chave inseridas no banco de dados para obtenção dos resultados, os conceitos utilizados pelos autores dos documentos, o método empregado por estes, um resumo do

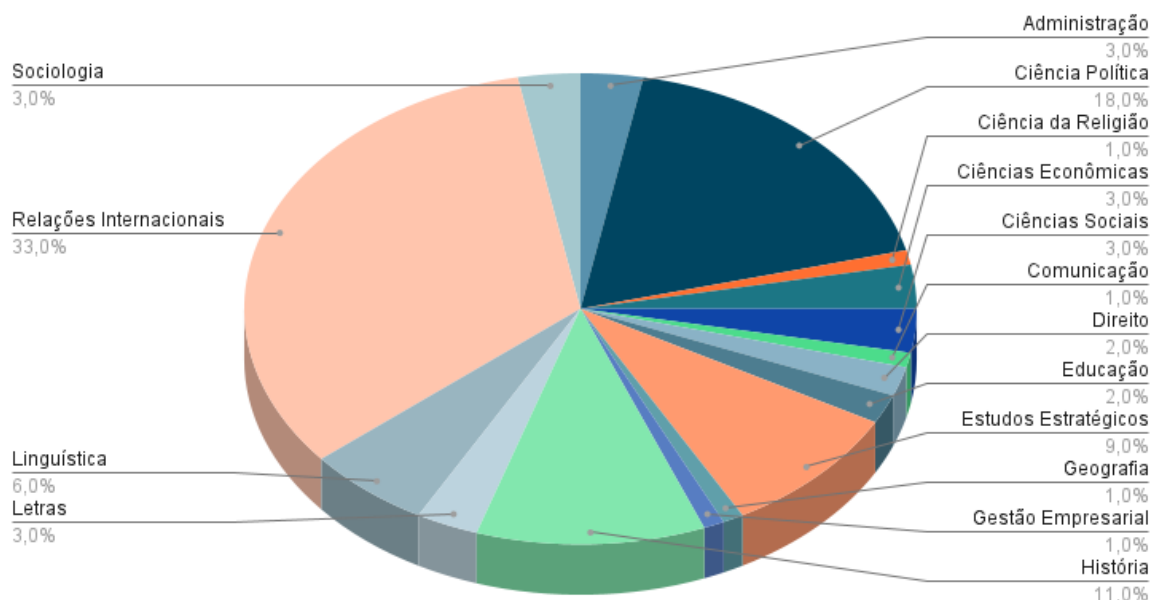
<sup>8</sup> Devido a quantidade de palavras-chave utilizadas na pesquisa de elementos no BDTD, optou-se por descrever apenas os mais relevantes, ou seja, aqueles que deram mais resultados. Estas foram as palavras-chave utilizadas: americano. Barack Obama; Discurso; Estados Unidos. Bill Clinton; Discurso; Estados Unidos. Complexo Industrial Militar. Discurso Liberal. Discurso Liberal Americano. Discurso Neoliberal. Discurso; Americano. Discurso; Americano; Estadunidense. Discurso; Guerra na Ucrânia. Discurso; Política Externa. Discurso; Política Externa; Estados Unidos. Dwight D. Eisenhower; Discurso; Estados Unidos. Estados Unidos. Estados Unidos; China. Estados Unidos. China; Interesse Nacional. Estados Unidos; Guerra. Estados Unidos; Guerra; Interesses nacionais. Estados Unidos; Neoliberal. Estados Unidos; Política Externa; Multilateralismo. Estadunidense. George H.W. Bush; Discurso; Estados Unidos. George W. Bush; Discurso; Estados Unidos. Guerra do Vietnã; Estados Unidos. Interesses Nacionais Americanos. Interesses Nacionais; Estados Unidos. John F. Kennedy; Discurso; Estados Unidos. OTAN. Política Externa; Estados Unidos. Política Externa; Estados Unidos; Iraque. Ronald Regan; Discurso; Estados Unidos. Rússia; Estados Unidos. Rússia; Putin. Truman. Trump; Discurso.

conteúdo dos documentos, o ano de defesa e as referências bibliográficas das teses e dissertações.

## 2. RESULTADOS

As teses e dissertações identificadas foram analisadas observando-se a forma como este assunto é tratado pelas diferentes áreas do conhecimento. O gráfico a seguir apresenta a concentração percentual por área dos documentos analisados:

**Gráfico 1 - Percentual de Teses e Dissertações do IBICT por Área de conhecimento que abordam os temas “discurso (neo)liberal americano” e “política externa americana”.**



**Fonte:** Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

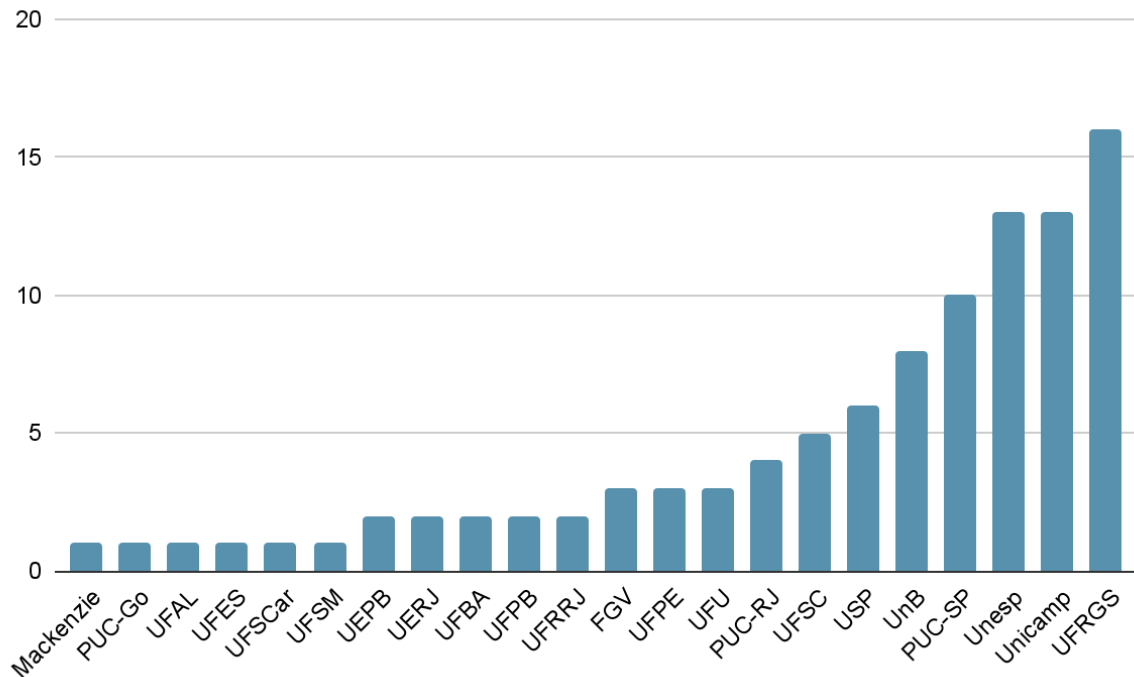
A partir do gráfico 1 observa-se que há uma concentração de teses e dissertações nas áreas das Relações Internacionais, com trinta e três (33) por cento do total, e da Ciência Política, com dezoito (18) por cento do total. Logo, as áreas que predominantemente analisam o tema proposto são as Relações Internacionais e a Ciência Política.

Dentre os cem (100) trabalhos identificados que abordam a relação entre o “discurso (neo)liberal americano e “política externa americana”, onze (11) deles são da área de história. Desta forma, contrapondo o ponto articulado na primeira hipótese levantada, as teses e dissertações que abordam o discurso (neo)liberal americano e sua política externa representam onze (11) por cento do total. Apesar de não constituir maioria entre seus pares, os documentos que tratam do eixo histórico ainda são mais expressivos do que nas áreas da administração e das ciências sociais, que compõem apenas um pouco mais que três (3) por cento dos resultados, por exemplo. E, testando a hipótese 2, observamos que destes onze (11) trabalhos de história quatro (4) deles abordam a política externa norte americana e o discurso (neo)liberal estadunidense no que tange seu aspecto mais contemporâneo, termo aqui entendido conforme Giorgio Agamben (2009), segundo o qual o contemporâneo consiste numa “singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; (...) através de uma dissociação e um anacronismo”, para melhor observar sua época (AGAMBEN, 2009, p. 59).

Quanto ao local de produção destes trabalhos, conforme se pode observar no Gráfico 2, é perceptível a concentração da produção de Teses e Dissertações sobre o tema no Estado do Rio Grande do Sul, sendo dezesseis (16) trabalhos produzidos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No Estado de São Paulo, foram treze (13) TD defendidas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Universidade Estadual Paulista (Unesp) e dez (10) TD defendidas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).



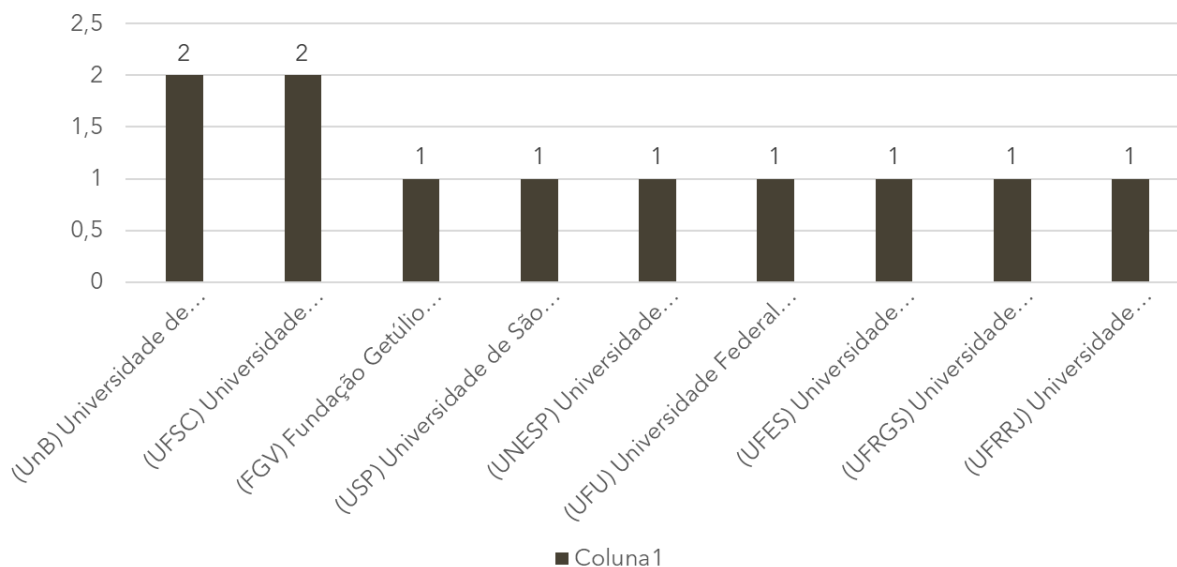
**Gráfico 2 - Concentração Percentual por *Locus* de Produção dos Documentos que abordam os temas “discurso (neo)liberal americano” e “política externa americana”**



**Fonte:** Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Nota-se que os trabalhos da área de história apresentam como locus de produção a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Dos onze (11) documentos, dois (2) deles foram produzidos na UnB e outros dois (2) na UFSC. Os outros sete (7) trabalhos monográficos foram defendidos nas seguintes instituições, com uma TD em História que aborda a temática em cada uma delas: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O gráfico a seguir apresenta o locus de produção dos trabalhos dentro da área de história.

**Gráfico 3 - Concentração Percentual por *Locus* de Produção dos Documentos da Área de História que abordam os temas “discurso (neo)liberal americano” e “política externa americana”**



**Fonte:** Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Sabemos que em suas teses e dissertações, os historiadores têm abordado a relação do discurso (neo)liberal americano e sua política externa contemporânea. Resta agora, investigar o *que* e o *como*.

### 3. ANÁLISE QUALITATIVA DOS TRABALHOS HISTORIOGRÁFICOS

A análise qualitativa dos trabalhos pertencentes ao campo historiográfico teve, como foco, determinar não apenas quais áreas específicas da história tratam do tema proposto, mas como abordam os interesses nacionais americanos e a política externa americana.

Dentre os trabalhos que abordam o tema, quatro (4) são do campo da História Política: (MATHEUS, 2016; PONTES, 2019; MORAIS, 2019; VENITES, 2022), e três (3) da História Social (PINTO, 2005; PENNACCHI, 2006; MATOS, 2018). Além destes dois campos de destaque, há trabalhos monográficos desenvolvidos em áreas de concentração de programas de da História

Econômica (BEÇAK, 2007), da História Global (DAMASCENO, 2022) e da sociedade, política e cultura no mundo contemporâneo (SILVA, 2021).

Considerando-se a História Política como a área em que mais se enquadram as TD em história que cuidam da relação entre a política externa estadunidense e seu discurso (neo)liberal, exploramos o seu conteúdo mais de perto.

A História Política pode ser concebida através de uma série de concepções que consideram o político como domínio privilegiado de articulação do todo social. Para o historiador francês René Rémond (2003 [1988]), a história política se refere ao “Estado, do poder e das disputas por sua conquista ou conservação, das instituições em que ele se concentrava” (RÉMOND, 2003 [1988], p. 15), bem como nas “iniciativas dos poderes públicos, as decisões dos governos (que) são apenas a expressão da relação de forças” (RÉMOND, 2003 [1988], p. 20). A História Política é um artifício que complementa as interpretações da história social e da história econômica, sendo utilizada como uma ponte entre estes dois mundos. Um exemplo desta ponte pode ser encontrado em algumas situações da experiência social:

A experiência das guerras, cujo desencadeamento não pode ser explicado apenas pela referência aos dados da economia, a pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais; (...) As crises que perturbaram o funcionamento das trocas e desajustaram os mecanismos da economia liberal, obrigando o Estado a intervir, também deram à política a oportunidade de penetrar num setor diferente. O desenvolvimento das políticas públicas sugeriu que a relação entre economia e política não era de mão única: se não há dúvida de que a pressão dos interesses organizado às vezes altera a condução dos negócios públicos, a recíproca não é menos verdadeira: a decisão política pode modificar o curso da economia para melhor e para pior (RÉMOND, 2003 [1988], p. 23)

Apesar de existirem inúmeras interpretações acerca do que seja o campo da história política, sobre sua funcionalidade ou mesmo sobre as possíveis interdisciplinaridades das quais podem utilizar este campo da história, uma discussão acerca disso seria um tanto quanto demorada. Logo, a

definição de Rémond (2003 [1988]) atende às diferentes formas das quais os artigos ligados à História Política tratam do tema.

O primeiro documento que será tratado é a dissertação *No Castelo do Gafanhoto: o sistema interamericano na gênese da organização das Nações Unidas* (2022), escrito por Sarah Venites para a obtenção do título de mestre em história pela UnB. Sua dissertação foi elaborada na linha de pesquisa 'Política, Instituições e Relações de Poder', que estende a sua concepção de História Política a diversas dimensões espaciais e temporais, utilizando-se dos discursos e das relações de poder. A linha de pesquisa qual se vincula seu trabalho, reconhece “no Estado e nas instituições um objeto privilegiado de estudo”, mas reconhecendo a importância de outras instâncias de poder, que “interagem com as formas estatais, tanto pela via da cooperação como pela concorrência, oposição e resistência (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - UnB, [s.d])<sup>9</sup>.

A dissertação de Venites (2022) possui como foco temporal o ano de 1945, ano de realização das conferências de Chapultepec (Cidade do México) e São Francisco (EUA). Desta forma, por meio dos documentos localizados no Itamaraty, a autora articula uma vasta discussão acerca do sistema interamericano e de seu relacionamento com os Estados Unidos e, posteriormente, com a criação das Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse sentido, a política externa norte-americana desenhada pela dissertação expõe que, na conferência de São Francisco, o interesse norte-americano estava, juntamente com os latino-americanos, em “(...) alcançar uma linguagem que preservasse a autonomia de seu sistema regional de defesa” de maneira condizente com “(...) os princípios da então nascente Carta da Organização das Nações Unidas” (VENITES, 2022, p. 155). Segundo Venites, foi “no castelo do morro do gafanhoto (Chapultepec), que se construiu (...) a normatização do regionalismo, conforme previsto na Carta de São Francisco” que institucionalizou o “sistema interamericano como esfera de defesa” (VENITES, 2022, p.i).

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.poshis.unb.br/institucional/linhas-de-pesquisa> Acesso em: 11/08/2023.

As inquietações dos países latino-americanos em relação às decisões tomadas pela conferência de São Francisco, que previam uma submissão de seu sistema amplamente construído no decorrer do século XX e alvo de instabilidades constantes devido às questões internas entre os países membros, levaram a uma pressão destes países pelo engajamento dos norte-americanos, que em 1945, ocupavam uma posição privilegiada no contexto de pós-Segunda Guerra Mundial, pela manutenção da sua autonomia regional. Desse desalinhamento de interesses surge a conferência de Chapultepec,

a solução encontrada para lidar com as inquietações latino-americanas e alinhar as expectativas da região às atitudes que vinham sendo tomadas pelos Estados Unidos, como potência mundial em ascensão (...) não foi uma conferência panamericana e não foi uma reunião de consultas – foi um encontro interamericano relativo ao esforço de guerra (VENITES, 2022, p. iii)

O segundo documento abordado é a dissertação de Felipe Augusto Chagas Nacif de Moraes (2019), escrita para a obtenção do título de Mestre em História pela FGV, Política e Bens Culturais, intitulada *Traição ou tradição? Trump, populismo e a ordem internacional em cheque*. A dissertação foi concebida na linha de pesquisa ‘Relações Internacionais’, que aborda a “investigação e análise sobre as transformações da ordem internacional, das políticas externas dos Estados nacionais, bem como da atuação internacional de atores não-estatais” (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - FGV, [s.d])<sup>10</sup> sob o objetivo de compreender os acontecimentos da história e da política no campo internacional. A pesquisa de Moraes (2019) analisa o sistema internacional contemporâneo, fundado em instituições de caráter liberal, no contexto de pós-Segunda Guerra Mundial, consolidado no pós-Guerra Fria e controlado pelo poder brando e bruto dos Estados Unidos da América plenamente atuante e, segundo os discursos de ontem e de hoje em documentos oficiais e discursos presidenciais: “A necessidade da liderança americana é maior do que nunca”

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/pos/mad/linhas-de-pesquisa#linha3> Acesso em: 16/08/2023.

(BIDEN, 2022, p. 2)<sup>11</sup>, “ainda percebemos que a liderança e o prestígio da América dependem (...) de como usamos o nosso poder” (EISENHOWER, 1961, p. 5)<sup>12</sup>. Estas frases evidenciam o papel autodelegado dos Estadunidenses como liderança mundial que defende valores liberais amplamente disseminados, como o livre-comércio e a democracia: palavras-chave, ou “símbolos chave da mitologia política” dos Estados Unidos” (LASSWALL apud BARDIN, 1977, p. 17). A dissertação tem como motivação a recente “contestação da arquitetura internacional por seus próprios administradores” (MORAIS, 2019, p. 7), o movimento populista concebido no contexto pós-Guerra Fria. O populismo, na concepção de Moraes, representa uma resposta extrema a crises econômicas, migratórias e das democracias representativas<sup>13</sup>. No entanto, apesar de constituir uma importante discussão com o ideário populista, a análise de conteúdo que buscou se realizar no texto de Moraes (2019) tem, por objetivo, identificar como ele trata o tema dos interesses nacionais americanos, sua política externa e seu discurso (neo)liberal.

A investigação do sistema-mundo estadunidense, proposto por Moraes, consiste na utilização de uma subárea das relações internacionais: a Análise de Política Externa (APE) atenta às influências de atores específicos (governos, burocráticas, empresas, organizações não-governamentais, ideias e

---

<sup>11</sup> Tradução nossa. Versão original: “The need for American leadership is as great as it has ever been”.

<sup>12</sup> Tradução nossa. Versão original: “we yet realize that america's leadership and prestige depend (...) on how we use our power”.

<sup>13</sup> O autor evoca duas concepções fundamentais do ideário populista: as políticas irresponsáveis e a representação dos interesses do “povo”. A primeira se refere a “políticas desprovidas de legitimidade por especialistas ou empreendidas de forma a ignorar suas consequências no longo prazo podem levar a resultados distantes dos (ou mesmo contrários aos) pretendidos pelo próprio governo” (MORAIS, 2019, p. 18-19), com a alegação de defesa a uma determinada camada popular, mas que se mostram extremamente danosas ao sistema vigente no longo prazo. Já o segundo se refere ao caráter ralo e desprovido de uma essência consistente, tendo “a capacidade – e por vezes a necessidade – de sua fusão com filosofias mais consistentes, a fim de poder oferecer cursos de ação distintos aos praticados ou propostos pelos governos e partidos tradicionais” (MORAIS, 2019, p. 22), filosofias essas como o facismo, o liberalismo e o socialismo. É a partir dessa dupla concepção abordada pelo autor que se constrói a observação de que o caráter populista é associado a uma falsa conceituação de povo, ligada a uma margem restrita da população, “a única parte relevante, autêntica ou verdadeira da comunidade política (...) (o que leva a) outras parcelas da população podem tornar-se alvo do discurso antipluralista (...) acentuando conflitos sociais (...) impactando os sistemas organizacionais e administrativos das democracias representativas, ou mesmo desestabilizando os próprios regimes” (MORAIS, 2019, p. 27-28).

das percepções individuais e coletivas nas interações e as decisões em matéria de política externa (MORAIS, 2019, p. 53-54). Nesse sentido, o autor compreende que o sistema internacional começou a ser estabelecido no pós-Segunda Guerra Mundial, “resultante não apenas da concessão benevolente de estruturas e instituições para o resto do mundo” mas, também “fruto de uma série de pressões ocidentais e negociações entre as grandes potências e os demais Estados em várias áreas” (MORAIS, 2019, p. 66), e se consolidou com a vitória estadunidense na Guerra Fria, simbolizada pela queda do muro de berlim (1989) e pelo colapso da União Soviética (1991). A prevalência do país norte-americano como única potência mundial foi fortemente corroborada por uma série de fatores internos do país, em especial as assimetrias construídas pelos poderes tradicionais (militares) e pelos constrangimentos internacionais provocados pelas instituições organismos “internacionais” controladas pelo poder norte-americano que mantém a ordem liberal sobre o globo. Segundo o autor,

Essa combinação entre “hierarquias institucionalizadas” e uma “lógica baseada no consenso” (STUENKEL, 2018, p. 32) formou a ordem global vigente, criando incentivos e constrangimentos para os atores dela participarem. O esforço de integração a fim de se evitarem novos conflitos permitiria o desenvolvimento de relações de interdependência entre os Estados, abrindo caminho para a globalização, no fim do século XX (MORAIS, 2019, p. 68).

Nesse sentido, a política externa norte-americana, bem como seus interesses nacionais, opera em prol de seu discurso neoliberal (ou vice e versa), expresso na defesa da “expansão de valores e princípios liberais, como democracia, direitos humanos e livre-comércio, representativos da própria ordem em curso” (MORAIS, 2019, p. 7). Assim, Morais (2019) identifica três (3) interesses nacionais vitais<sup>14</sup>: “a segurança interna; a paz entre as grandes

---

<sup>14</sup> Em seu texto, Morais (2019) propõe a distinção de dois tipos de interesses nacionais: os interesses vitais e os interesses desejáveis. Os interesses vitais constituem, “segundo Art (1998, p. 79-80) os interesses cujos custos são severos para a nação, se não forem respeitados ou protegidos” (MORAIS, 2019, p. 73). Já os interesses desejáveis são aqueles

potências na Eurásia; e a divisão de reservas de petróleo no Golfo Pérsico” (MORAIS, 2019, p. 74). Tais interesses estão alinhados com a ala realista das relações internacionais e possuem como objetivo a manutenção da ordem internacional e a garantia da sobrevivência dos EUA enquanto potência. No plano dos interesses desejáveis, os norte-americanos defendem (para os outros) uma ordem econômica aberta<sup>15</sup>, a promoção de valores democráticos e a proteção do meio ambiente global. Dessa forma, as ações de sua política externa, conforme Morais (2019), são voltadas para a defesa desse sistema internacional, uma vez que

ao criar um sistema orientado por regras, a grande potência teria encontrado uma forma menos custosa de ter seus interesses observados, aumentar sua influência e fazer perdurar seu poder de forma estável, como indicado anteriormente. Por essa lógica, todos os atores que de seus arranjos participam seriam beneficiados com a abertura econômica estadunidense e o aumento da interdependência entre eles (p. 78).

O entendimento da visão de Morais (2019) acerca da política externa dos Estados Unidos, no que tange o mundo contemporâneo pós-Guerra Fria, é de que os estadunidenses buscam um amplo projeto de defesa da instituição global e neoliberal que assegura o seu lugar como liderança no mundo.

O terceiro trabalho monográfico que analisa o ‘discurso (neo)liberal americano’ e a ‘política externa americana’ sob o ponto de vista da história política é a tese de doutorado de Kassius Diniz da Silva Pontes (2019), defendida na Universidade de Brasília. Assim como a dissertação de Venites (2022), a tese de Pontes, intitulada *A Parceria Frustrada: JK e os Estados Unidos*, foi concebida na linha de pesquisa ‘política, instituições e relações de poder’. A análise de Pontes (2019) foca na relação entre o Brasil e os Estados

---

“destinados a criar um ambiente favorável à atuação dos Estados Unidos e contribuir para sua prosperidade” (MORAIS, 2019, p. 73).

<sup>15</sup> Os apoiadores dessa ideia defendem que “um mundo com menos barreiras ao comércio pode impulsionar o crescimento e o desenvolvimento econômico dos países, facilitando a eficiência na alocação dos fatores de produção mundiais” (Morais, 2019, p. 76)



Unidos durante o período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), buscando observar a evolução dessa relação bilateral nas esferas econômica, militar e política. O contexto vigente desta investigação é o de Guerra Fria, que neste momento caminhava para o seu auge, a Crise dos Mísseis em Cuba (1962), e alude a uma tendência norte-americana em concentrar seus esforços econômicos e, sobretudo militares, nos continentes asiático e europeu. Além destas medidas, os estadunidenses buscavam contenção sobre gastos, articulação de cooperação em temas militares, obtenção de recursos estratégicos e engajamento na luta contra a União Soviética e o comunismo (PONTES, 2019). O autor se utilizou principalmente de fontes primárias para a construção de sua tese, com destaque para aquelas sob a guarda do Arquivo Histórico do Itamaraty e do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC) no Brasil e para o 'National Archives and Records Administration' (NARA), o 'Foreign Relations of the United States' (FRUS) e para os documentos da 'Central Intelligence Agency' (CIA).

Nesse sentido, a política externa americana, que pode ser observada nesse período de conflito bipolar, mostrava-se um tanto quanto reticente aos movimentos nacionalistas, além do combate declarado ao comunismo, que se mostraram expressivos na América Latina, alinhados com o desejo dos países latino-americanos em serem mais independentes. em relação aos interesses do Governo de Juscelino,

O embaixador Herschel Johnson já se precavia e (...) foi taxativo em chamar a atenção do Departamento de Estado para o fato de que "elementos nacionalistas" atuavam fortemente e tinham penetração no governo (...) O nacionalismo poderia, ademais, ser um problema sério para os Estados Unidos, ao obliterar iniciativas de abertura do país aos investimentos estrangeiros (CARTA DE HERSCHEL JOHNSON, 1951; apud. PONTES, 2019, p. 27-28).

A partir disso, há uma maior ênfase no discurso liberal no continente latino-americano, havendo uma priorização dos investimentos em setores privados da economia destes países, deixando de lado os investimentos para o desenvolvimento. Ademais, há uma oposição mais pesada, por parte do

presidente Truman (1945-1953), aos movimentos nacionalistas e estatistas destes países.

Para além desse cuidado estadunidense para com seus investimentos, o período de Guerra Fria marcou uma guinada na política externa que vigorava até o fim da Segunda Guerra Mundial, marcada até então pelo corolário de Roosevelt, que atribuía aos EUA a função de polícia do mundo, desde um intervencionismo direto em nações que apresentassem o que os próprios EUA identificavam como “irregularidades crônicas, ou uma incapacidade que resulte num afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada” podem exigir “(...) intervenção por alguma nação civilizada” (ROOSEVELT, 1904; apud. BONAFÉ, [s.d], p. 1)<sup>16</sup>; O ainda, o “discurso da cooperação e de ‘boa vizinhança’, ainda que permeado por episódios de franca interferência nos países do hemisfério” (PONTES, 2019, p. 9). No período de Guerra Fria, essa política externa, do patrulhamento e da boa vizinhança, se transformou em uma política de auxílio militar. Essa mudança de curso é expressa na Doutrina Truman que, segundo a qual,

os Estados Unidos forneceriam assistência política, militar e económica a todas as nações democráticas sob ameaça de forças autoritárias externas ou internas. A Doutrina Truman efetivamente reorientou a política externa dos EUA, longe de sua postura habitual de retirada de conflitos regionais que não envolvem diretamente os Estados Unidos, para uma de possível intervenção em conflitos distantes. (OFFICE OF THE HISTORIAN - USA DEPARTAMENT OF STATE, [s.d])<sup>17</sup>.

Desde então, segundo argumenta Pontes (2019) acerca da política externa e do discurso liberal dos Estados Unidos, o foco do país norte-americano é a expansão do modelo liberal e das suas instituições democráticas através de uma política externa militarmente intervencionista (direta ou

<sup>16</sup> Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COROL%C3%81RIO%20ROOSEVELT.pdf>. Acesso em: 17/08/2023.

<sup>17</sup> Tradução nossa. Versão original: *Truman Harry S. Truman established that the United States would provide political, military and economic assistance to all democratic nations under threat from external or internal authoritarian forces. The Truman Doctrine effectively reoriented U.S. foreign policy, away from its usual stance of withdrawal from regional conflicts not directly involving the United States, to one of possible intervention in far away conflicts.*

indiretamente) em áreas consideradas de risco de prevalência socialista (vide os casos da Guerra no Vietnã, Guerra das Coreias etc., o em qualquer outra parte do mundo, cujos exemplos poderiam nos levar facilmente à Guerra da Ucrânia e de Israel-Hamas da segunda década do século XXI), o fortalecimento do setor privado a partir de investimentos e políticas de austeridade, bem como a vedação de empréstimos em prol do desenvolvimento de países (em especial na América Latina) e, por fim, o auxílio econômico em peso para a reconstrução da Europa devastada pela guerra.

O quarto texto que trata do ‘discurso (neo)liberal americano’ e da ‘política externa americana’, no que tange aos documentos que trabalham com a História Política, é a dissertação de Mateus (2016), intitulada *Da reforma à (re)construção: as prescrições do Banco Mundial para os Estados nacionais (1989 - 2011)*. O trabalho foi realizado para obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na área de concentração ‘Relações de Poder e Cultura’, que em sua descrição, evoca conceitos “polissêmicos que se constituem em categorias centrais para a análise histórica. Surgem como referências obrigatórias no estudo de uma ampla gama de objetos de investigação (...)” recusando-se a “uma separação dicotômica entre história política e história social”. (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - UFRRJ, [s.d]).

A dissertação não toma diretamente como objeto a ação dos Estados Unidos, mas um de seus dispositivos importantes para a consolidação de seu sistema-mundo vigente: O Banco Mundial (BM). Seu objetivo é realizar uma análise da reconstrução e reestruturação dos Estados no período pós-Guerra Fria, mas lança luz sobre este mecanismo, no que tange à ascensão do poderio norte-americano e que constituem uma das suas principais formas de disseminar seus interesses e realizar sua política externa. O autor revisita a “literatura especializada, seja ela crítica ou não” (MATEUS, 2016, p. 19) e as fontes produzidas pelo próprio Banco Mundial tais como Relatórios Sobre o Desenvolvimento Mundial (RDM), constituídos de orientações e indicadores sociais e econômicos e dotados de uma alta carga ideológica que é imprescindível para a disseminação (ou mesmo imposição) do ideal neoliberal;

Relatórios Anuais publicados pelo BM e conta com informações acerca da atividade financeira do banco naquele ano fiscal.

Segundo o autor, o Banco Mundial é uma instituição complexa, formada por Estados inseridos em uma “estrutura internacional de poder profundamente hierarquizada”, na qual alguns estados projetam “suas políticas domésticas, interesses nacionais e padrões culturais para além de seus domínios” (MATEUS, 2016, p. 21).

Esta constatação é central para elaborar uma descrição acerca da forma como o autor desta dissertação compreende a manutenção da política externa e dos interesses norte-americanos. Para tal, a atenção pode ser atraída para o debate acerca do imperialismo estadunidense, meio pelo qual os EUA alimentam sua preponderância no cenário internacional. A defesa dos métodos de manutenção de sua liderança sobre o globo gira em torno de “(...) uma versão caricatural e propagandística da ‘missão civilizatória’”, da qual os norte-americanos estariam “(...) envolvidos em empreitadas para libertar as populações de tiranos e levar ao desenvolvimento” (BORÓN, 2006, pp. 473 – 475; apud. MATEUS, 2016, p. 21-22). Por sua vez, os críticos do modelo imperialista contemporâneo, caracterizado por estes como uma nova fase do desenvolvimento capitalista conforme exposto por Lênin, atacam a naturalização da opressão, bem como a defesa do modo de vida ‘ocidental’, que pode ser observado com o intervencionismo militar no contexto de um mundo pós-bipolar (vide a primeira e a segunda Guerra do Golfo)<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Lênin expõe que o imperialismo se constitui de 1) concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu marcada importância; em que a partilha do mundo pelos trustes começou; em que a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes terminou (LÊNIN, 2012, pp. 124 – 125; apud. Mateus, 2016, p. 22-23). Para além de Lênin, Mateus (2016) expõe o elemento de outro autor, Hilferding, que realiza uma associação entre o capital financeiro e o capital industrial: “as transformações ocorridas durante o século XIX teriam superado as da fase concorrencial do capitalismo, estabelecendo uma nova etapa histórica que seria caracterizada pela concentração do capital e pelo fim da livre concorrência. Tal quadro é sintetizado no conceito de capital financeiro, que aponta a relação estreita entre capital industrial e bancário, aspecto específico da nova fase do capitalismo. O capital da indústria não pertence ao industrial, mas ao banco, tornando este último um

Nesse sentido, o autor evoca Fontes (2010; 2008; apud. MATEUS, 2016, p. 24) segundo o qual, apesar da inexistência de um conflito direto e generalizado entre as principais nações do globo, os países imperialistas continuaram a se envolver em conflitos, no pós-Segunda Guerra Mundial. Para além desse fato, o mecanismo de controle tradicional, ou seja, a força das armas fora substituída por uma forma de controle mais sutil mas igualmente devastadora e eficiente: os mecanismos econômicos. Além disso, apesar de propostas em épocas distintas, há correlações entre as formas clássicas de conceber o imperialismo e as teorias atuais que designam esse movimento capitalista agressivo. Assim, “(...) embora possam existir diferenças, no essencial, nas tendências históricas postas em marcha pelo imperialismo”, a presente situação é “(...) ainda uma continuação da era clássica do imperialismo” (CORRÊA, 2012, p. 176; apud. MATEUS, 2016, p. 25). Neste sentido, uma importante diferença entre o imperialismo atual e o imperialismo clássico é a perda de importância da ocupação territorial direta no processo de dominação, algo que dificulta a identificação do processo (WOOD, 2014; apud. MATEUS, 2016). Desta forma, a dominação econômica apresenta um forte expoente para a dominação imperialista vivenciada atualmente.

Em vista disso, a atual forma de dominação e liderança estadunidense estabelecida no mundo pode ser, sem sombra de dúvidas, elencada como uma nova forma do capitalismo, denominado de capital-imperialismo (WOOD, 2014; apud. MATEUS, 2016, p. 25) caracterizado pela “tendência à concentração de capitais<sup>19</sup>, aspecto fundamental na composição do imperialismo” e pela “concentração de recursos sociais de produção, a qual é concebida pelo conceito de expropriação” (FONTES, 2010, p. 155; apud. MATEUS, 2016, p. 28).

Apoiado em Ahmad (2003, pp. 53– 55), Mateus (2016) considera essa nova dinâmica capitalista e a hegemonia norte-americana como um ‘imperialismo de nosso tempo’ em razão de os EUA “não encontrarem, no

---

capitalista industrial. Portanto, o capital financeiro é capital bancário, na forma de dinheiro, que é transformado em capital industrial” (HILFERDING, 1985, p.219; apud. Mateus, p. 22).

<sup>19</sup> “Esta tendência teria aspectos distintos na fase atual. Enquanto no imperialismo clássico a tendência à concentração englobava o capital produtivo e o bancário, configurando o capital financeiro, na sua forma atual a concentração perde o aspecto de aglutinação entre “tipos” diferentes de capitalistas para configurar-se sob forma puramente monetário, do capital portador de juros” (FONTES, 2010, p. 155; apud. Mateus, 2016, p. 28).

plano militar, econômico e ideológico, adversários ao seu poderio” (MATEUS, 2016, p. 30-31). Portanto, no que tange à manutenção dos seus meios de disseminar seus interesses e, conseqüentemente, sua política externa, os estadunidenses se utilizam de sua hegemonia sobre o sistema-mundo (instituições, economia e demais elementos do cenário internacional, sobretudo o meio econômico e financeiro) para maximizar seu controle sem a necessidade dos meios tradicionais (o meio militar). Sob tal pressuposto, os Estados Unidos desenvolveram uma estrutura internacional de regras normativas de mercado para disseminação de seus interesses. Dessa forma, seu domínio sob um sistema, que parece entregar uma competição justa e condições iguais entre os Estados membros, surge como algo natural e inevitável, fruto de uma competição ocorrida nas regras do jogo (MATEUS, 2016).

A arquitetura financeira internacional promovida pelos norte-americanos possui os seguintes pontos centrais: o dólar como principal moeda de reserva internacional; mercados financeiros dominantes nas finanças internacionais e capital privado com integração mundial, sem obstáculos de entrada e saída; organizações internacionais que se apresentam como formadas por Estados-membros com relativa equidade, concedendo legitimidade ao multilateralismo, mas que em decisões principais os interesses estadunidenses possuem maior peso; e, por fim, as possibilidades que a arquitetura financeira concede para financiar, de forma barata, uma força militar esmagadora. (...) A estrutura específica e o peso mundial do capitalismo norte-americano concedem capacidade de dominar e organizar os demais Estados, sem a necessidade de construir um império “tradicional”, de ocupação territorial e dominação política (WADE, 2003, pp. 77 – 82; apud. MATEUS, 2016).

Segundo Mateus (2016), são estes os meios pelos quais os EUA realizam a manutenção de sua hegemonia e de seu imperialismo e que dão indício das relações intrínsecas entre a política externa dos Estados Unidos e seu discurso (neo)liberal que funciona não apenas pelo seu poder persuasivo, mas porque apenas finge que esconde a boca do canhão apontado para a cabeça dos ouvintes. Eis a razão, porque são raros aqueles que como Lula, ao defender o comércio internacional sem o uso obrigatório da moeda

estadunidense (247, 2023), ousam assumir o papel do menino da fábula, a gritar que o rei está nu. "Por que eu preciso negociar com a China com dólares?".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

"A liderança americana é o que mantém o mundo unido. As alianças americanas são o que nos mantém, América, seguros", disse Biden. (HOLLAND; RENCHAW; ZENGERLE, 2023)<sup>20</sup>.

O conflito russo-ucraniano, descrito pela inteligência norte-americana como "guerra ilegal e não provocada do presidente russo, Putin, contra a Ucrânia" (U.S DEPARTAMENT OF STATE, 2022), eclodiu em 2022 e já perdura a mais de um ano. Mas afinal, o que a política externa americana que tem no liberalismo um instrumento de intervenção nos estados nacionais tem a ver com a Guerra na Ucrânia? Este é um tema complexo que não caberá no espaço de um artigo. No entanto, apesar desta insistência anglo-americana na terminologia 'não provocada' para se referir ao conflito como um acontecimento não-causal, para a compreensão histórica das motivações deste conflito, somos insistentemente impelidos a retroceder à década de 1990, período posterior à queda da União Soviética.

A queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), colapsada em 1991, dá origem a uma série de repúblicas independentes, entre elas a Ucrânia, a Letônia, a Estônia, a Lituânia, entre outros. A Federação Russa estava entre estes novos países que surgem do bloco recém caído. Neste contexto, a Rússia de Boris Yeltsin (1931-2007) enfrentava uma ampla crise, que decorreu da mudança de regime. Seu governo pró-ocidental, na visão de Luiz Fernando Sperancetta (2017; apud. COSTA, 2019, p. 9), "enfraqueceu a posição do país no Sistema Internacional, tendo que ceder em várias questões internacionais a favor de Estados Unidos e Europa", enfraquecendo o Estado, "transformando a Rússia em um país ladeado de anarquia e desordem". Essa

---

<sup>20</sup> Tradução nossa. Versão original: "American leadership is what holds the world together. American alliances are what keep us, America, safe," said Biden.

desordem hobbesiana é um terreno fértil para algumas ideologias, com destaque para duas delas: os Ocidentalistas, ou mesmo Liberais pró-Occidente, que “aproveitaram a queda soviética para propagarem seus ideais, voltados para uma maior ocidentalização da nação que veio a surgir” (KUCHINS e ZEVELEV, 2012; apud. COSTA, 2019, p. 5) e os Balanceadores de Poder, “preocupados com a centralidade do Estado e com a manutenção dos interesses nacionais russos no Sistema Internacional” (idem, p. 5). Passado este período de crise, revigorou-se “o sentimento patriótico russo e o clamor por um líder forte e que pudesse recuperar o esplendor e a honradez que o povo merecia” (SPERANCETE, 2017; apud. COSTA, 2019, p. 9). E é nesse contexto que Vladimir Putin assume o poder.

Putin, como atual presidente da Rússia, retoma os valores do eurasianismo<sup>21</sup> e do nacionalismo russo. Entre suas medidas e discursos nacionalistas, o líder russo distingue o cidadão russo em dois tipos: os Russkii e os Rossiyanin, “sendo os primeiros, russos étnicos, nascidos de mãe e pai russos, e os segundos, quaisquer cidadãos que viviam no seio da Mãe Rússia, não precisando ser russos étnicos” (SPERANCETE, 2017; apud. COSTA, 2019, p. 11), prometendo zelar pela vida de qualquer um dos membros destes dois grupos de cidadãos, independentemente do local em que se encontrassem. Tal discurso abre espaço para a questão da defesa territorial russa, um tema historicamente importante:

A geografia territorial da Rússia a deixa vulnerável a ataques com o intuito de bloquear seu acesso aos oceanos e mesmo aos mares. Seu único acesso seguro aos mares e oceanos é através do congelado Oceano Ártico. O acesso ao Mar Negro e ao Estreito de Bósforo se esbarram no controle de Estados europeus, como a Turquia que, facilmente pode cortar o acesso russo a esse estreito. No norte, onde se encontra o

<sup>21</sup>Aleksandr Dugin (1997, apud MATOS BARBOZA, 2018), principal teórico da teoria Neoeurasiana ou mesmo Nacionalista (e amigo pessoal de Putin), defende que o Estado sempre esteja acima do indivíduo. Também vai resgatar posições de autores clássicos da Geopolítica, como Mackinder e Klaus Haushofer, para afirmar que, com a Eurásia sendo o Heartland – o coração pulsante do mundo – logo, a Rússia deve ser o núcleo desse coração. Desse modo, para que a Rússia volte a dominar na Eurásia, não seria necessário uso de força armada ou coisa do tipo, mas sim, um sistema de desestabilização dos inimigos, como o uso de desinformação sob o patrocínio de dirigentes moscovitas e de seus aliados, de modo a trazer de volta o empoderamento russo diante de Estados Unidos e seus aliados fiéis” (MATOS BARBOZA, 2018; apud. COSTA, 2019, p. 6-7).



Mar Báltico, existe a passagem através de águas dinamarquesas, que também podem ser facilmente fechadas. E mesmo pelo Oceano Ártico, os russos esbarram em águas controladas por Groenlândia, Islândia e mesmo o Reino Unido (MATOS BARBOZA, 2018; apud. COSTA, 2019, p. 11).

Se estas questões são antigas, a causa nova é o expansionismo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A OTAN, durante a década seguinte a queda da União Soviética, a despeito da aposta no desaparecimento pela corrente neorrealista<sup>22</sup>, uma vez que estava comprometido seu objetivo de contrapor uma aliança antagônica, o Pacto de Varsóvia, no contexto bipolar (PEREIRA; ALENCAR, 2004, p. 88). No entanto, a OTAN não apenas resistiu, mas se expandiu nas últimas décadas, adaptando-se frente às questões da Europa (unificada) do pós-Guerra Fria, a reunificação e integração Alemanha no sistema internacional, as relações dos países do então chamado ocidente para com os ex-Estados Satélites da União Soviética e às relações para com os países que emergiram das cinzas da URSS, bem como as eventuais questões que poderiam surgir (PEREIRA; ALENCAR, 2004, p. 89). Outro aspecto que marcava o ambiente internacional, em especial o ambiente europeu, é a insegurança relacionada ao risco de conflitos devido à instabilidade política, econômica e social e, especialmente, ao distanciamento desses países para com os Estados da Europa ocidental. Assim, surge o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (North Atlantic Cooperation Council) em 1991, marcando uma aproximação para com os antigos membros do Pacto de Varsóvia (PEREIRA; ALENCAR, 2004, p. 90). Somado a isso, a aprofundação de difusão de valores e interesses comuns, havendo uma

‘compatibilidade de principais valores entre todos os participantes no processo de tomada de decisão (...)’, não apenas em termos abstratos, mas efetivamente incorporados nas instituições políticas e no comportamento político, registrando-se a ‘(...) capacidade dos governos em responder a

<sup>22</sup> O realismo, segundo Pereira e Alencar (2004, p. 88) “é baseado nos modelos racionalistas associados à microeconomia, isto é, pressupõe que a política mundial pode ser analisada como se os Estados fossem atores racionais, que calculam os custos e os benefícios de todas as suas ações. Sendo assim, como explica Gelson Fonseca Jr. (1998), o Estado “decidirá o melhor caminho à perspectiva do êxito: vence a idéia que prometer mais ganhos com menor custo, não aquela que for mais equitativa, mais justa e mais humana (p. 51)”.

necessidades, mensagens e ações rápida e adequadamente, sem recurso à violência (...)’ e de acordo com uma predição de comportamento, no âmbito de uma gama limitada de assuntos (DEUTSH, 1957, p. 66-67; apud. PEREIRA; ALENCAR, 2004, p. 90).

Assim, a OTAN emerge como um organismo multilateral cujo objetivo é a garantia da estabilidade europeia frente às mudanças do cenário internacional (PEREIRA, ALENCAR, 2004). Este organismo internacional vem se expandindo rumo aos ex-satélites da União Soviética. Nesse sentido, é possível fazer um paralelo entre a liderança estadunidense e a sua prática imperialista capitalista, para usar a expressão de David Harvey (2004), expressão que se refere a fusão entre a política do Estado e do império e os processos de acumulação de capital em um contexto espaço-temporal. Um “projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos”, possuindo “(...) fins políticos, econômicos e militares” (HARVEY, 2004, p. 31).

Do ponto de vista econômico, as primeiras batalhas norte-americanas em resposta à invasão russa na Ucrânia foram reveladoras da função beligerante da hegemonia do Dólar, utilizado como arma nos bloqueios de recursos russos no exterior e de interdição do sistema mundial de pagamentos para o comércio exterior.

Do ponto de vista político, os EUA, como a Rússia, vinham interferindo diretamente em questões internas da Ucrânia fomentando processos internos de desestabilização de governos nacionalistas (ou pró-Rússia), desde a chamada Revolução Laranja de 2004 até o financiamento dos protestos de 2013/2014. Em 2015, os EUA intensificam sua presença militar na região, quando o Departamento de Defesa (talvez fosse mais adequado dizer, neste caso, departamento de ataque), dos Estados Unidos, sob pretexto de cumprir sua obrigação, “como país membro da OTAN, de responder a uma ameaça à segurança de outro parceiro da aliança” (FAUS, 2015), se prepara para “o envio de armamento pesado a bases militares no Leste Europeu, um material que poderia ser empregado por até 5000 soldados norte-americanos” (FAUS, 2015).

Enfim, a Guerra da Ucrânia, a ser analisada de uma perspectiva histórica que não caberia no espaço deste artigo, fornece-nos, entretanto, um exemplo acabado de como têm se articulado a 'política externa estadunidense contemporânea' e seu 'discurso (neo)liberal' desde o pós-segunda guerra. Quanto à abordagem que as teses e dissertações em história defendidos no Brasil têm feito dessa relação, para retomarmos as hipóteses que orientaram a pesquisa bibliográfica, constatamos que a temática ainda é pouco abordada. Dos 100 trabalhos analisados dentro do banco de dados escolhido, 11 deles eram de história e quatro (4) são os trabalhos que abordam a política externa norte-americana e o discurso (neo)liberal estadunidense interessam por questões contemporâneas sob a perspectiva da história política.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O Que é o Contemporâneo? E Outros Ensaio**s. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEÇAK, Peggy. **A evolução das relações comerciais Brasil - Estados Unidos de 1945 - 1995**: no contexto da política externa e dos interesses nacionais. 2007. 387 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BONAFÉ, Luigi. **Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe**. CPDOC – FGV, [s.d]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COROL%C3%81RIO%20ROOSEVELT.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

COSTA, Laércio Junio da. **A crise ucraniana de 2013-2014**: seu contexto e suas implicações no jogo de poder da Rússia. 2019. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/31076>. Acesso em: 11 out. 2023.

DAMASCENO, Natália Abreu. **O programa Ponto IV e a articulação de projetos estadunidenses de desenvolvimento para a América Latina (1949-1954)**. 2022. 275 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1953-1961: Dwight D. Eisenhower). **Farewell address. Washington, 17 jan. 1961**. Disponível em:

<https://www.archives.gov/milestone-documents/president-dwight-d-eisenhowers-farewell-address>. Acesso em: 28 mar. 2023, tradução nossa.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2021 – presente: Joseph Robinette Biden Jr). **Comentários do presidente Biden antes do aniversário de um ano da invasão brutal e não provocada da Rússia na Ucrânia**. Varsóvia, 21 fev. 2023. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2023/02/21/remarks-by-president-biden-ahead-of-the-one-year-anniversary-of-russias-brutal-and-unprovoked-invasion-of-ukraine/> . Acesso em: 03 abr. 2023.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2021 – presente: Joseph Robinette Biden Jr). **Discurso do Presidente Biden Antes da 78ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas**. Nova Iorque, 19 set. 2023. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2023/09/19/remarks-by-president-biden-before-the-78th-session-of-the-united-nations-general-assembly-new-york-ny/>. Acesso em: 11 out. 2023.

FAUS, Joan. **EUA Planejam Presença Militar Inédita desde 1989 no Leste Europeu**. El País, 15/06/2015. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/14/internacional/1434316570\\_619811.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/14/internacional/1434316570_619811.html). Acesso em: 16 out. 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Linha de Pesquisa. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/pos/mad/linhas-de-pesquisa#linha3> . Acesso em: 16 ago. 2023.

GUERRA NA UCRÂNIA: a rápida reação da Otan a 'zumbis' russos, BBC, 24/05/2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crge078qy14o> . Acesso em: 27 jun. 2023.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOLLAND, Steve; RENCHAW, Jarret; ZENGERLE, Patricia. **US leadership 'holds the world together,' Biden says in bid for Ukraine, Israel funds**. Reuters, 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/usa-biden-idCAKBN31J1DI>. Acesso em: 20 out. 2023.

LOUREIRO, Felipe. “A Guerra na Ucrânia: significados e perspectivas”. **Revista CEBRI**. Rio de Janeiro, p. 1-12, abril, 2022. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/27/a-guerra-na-ucrania-significados-e-perspectivas>. Acesso em: 04 abr. 2023.

MATEUS, Rafael de Paula Fernandes. **Da Reforma à (Re)construção: as prescrições do Banco Mundial para os Estados nacionais (1989 - 2011)**. 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

MATOS, Daniel Ivori de. **A Guerra ao Terror e o Cinema Estadunidense Pós-11 de setembro de 2001**. 2018. 319 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

MCGEE, Luke. **Análise:** de “morte cerebral” a inovadora, a guerra na Ucrânia transformou a Otan. CNN, 26/06/2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-de-morte-cerebral-a-inovadora-a-guerra-na-ucrania-transformou-a-otn/> . Acesso em: 27 jun. 2023.

MORAIS, Felipe Augusto Chagas Nacif de. **Traição ou Tradição?:** Trump, populismo e a ordem internacional em cheque. 2019. 171 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

PENNACCHI, Andrea Marcia de Toledo. **As Influências do Realismo Político e do Complexo Industrial-Militar no Expansionismo Norte -Americano (1990-2004)**. 2006. 264 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

PEREIRA, Roberta Dohani; ALENCAR, Dimas Melo. “A Criação da OTAN e sua Permanência no Período Pós-Guerra Fria”. **Fronteira**, Belo Horizonte, Vol. 3, nº 5, p. 83-103, jun. 2004. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/5068#:~:text=Log%20no%20in%C3%ADcio%20da%20Guerra,expansionista%20da%20Uni%C3%A3o%20Sovi%C3%A9tica%20%E2%80%93%20URSS>. Acesso em: 16 out. 2023.

PINTO, Luiz Antônio Gomes. **Em Silêncio eles esperam pela Tempestade:** o neoconservadorismo e a Revolução Nicaragüense (1981-1986). 2005. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2005.

PONTES, Kassius Diniz da Silva. **A parceria frustrada:** JK e os Estados Unidos. 2019. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

RÉMOND, René. “Uma História Presente”. In: RÉMOND, René (org.). **Por Uma História Política**. Tradução de Dora Rocha. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003 [1988], pp. 13-36.

SANTOS, Sandro Marques dos. **Uma nova causa da “América”:** o Mito do Destino Manifesto na formação do nacionalismo norte-americano da Guerra Fria (1947-1991). 2020. 230 f. Dissertação (Mestrado em História: Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.

SILVA, Rodrigo Candido Da. **O Pesadelo Americano:** cinema de horror e o conservadorismo estadunidense na Era Reagan (1981-1989). 2021. 234 f.

Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2021.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy of the United States**. Washington, out., 2022.

U.S DEPARTAMENT OF STATE. **A desinformação da Rússia não pode esconder sua responsabilidade pela crise global de alimentos**. State.gov, 2022. Disponível em: <https://www.state.gov/disarming-disinformation/a-desinformacao-da-russia-nao-pode-ocultar-sua-responsabilidade-pela-crise-global-de-alimentos/> Acesso em: 04 abr. 2023.

U.S DEPARTAMENT OF STATE. **The Truman Doctrine**, 1947. State.gov, [s.d]. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1945-1952/truman-doctrine>. Acesso em: 11 ago. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Programa de Pós-Graduação em História, [s.d.] Linhas de Pesquisa. Disponível em: <http://www.poshis.unb.br/institucional/linhas-de-pesquisa> . Acesso em: 11 ago. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Programa de Pós-Graduação em História. Linha de Pesquisa. Disponível em: <https://cursos.ufrrj.br/posgraduacao/pphr/areas-linhas/> . Acesso em: 16/08/2023.

VENITES, Sarah de Andrade Ribeiro. **No Castelo do Gafanhoto: o sistema interamericano na gênese da organização das Nações Unidas**. 2022. 245 f., Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

**Recebido em 10/12/2023.**

**Aprovado para publicação em 26/05/2024**